

Constituinte tem 15 dias para elaborar relatórios

Organização do Estado se ressentirá da falta de material para discussão

Quase três meses após a sua instalação, a Assembleia Nacional Constituinte começa a, efetivamente, discutir as propostas para a Nova Carta. No próximo dia 11 expira o prazo regimental para que os Relatores das Subcomissões concluem seus pareceres e enviem às Comissões os relatórios finais.

A dificuldade para enquadrar o sistema de funcionamento da Constituinte ao Congresso fez com que os trabalhos ficassem atrasados em muitas Subcomissões, como a dos Negros, Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias que, por causa da falta de quorum, só realizou quatro reuniões até agora.

A Comissão da Ordem Econômica, uma das mais cobçadas pelos constituintes, duas das suas três Subcomissões somente no final da semana conseguiram aprovar os roteiros de trabalho. Nessa Comissão, o maior problema foi conseguir que os seus membros aprovassem o elenco dos convidados que vão depor nas cinco sessões das audiências públicas, discussão que tomou grande parte do tempo dos grupos considerados "progressista" e "conservador".

Mas algumas Subcomissões já estão com os debates adiantados e pode-se identificar as suas tendências. Uma delas é a Subcomissão de Defesa do Estado, da Sociedade e de Segurança, que tende a decidir pela eliminação das salvaguardas existentes, mantendo somente o Estado de Sítio.

Comissão proporá o controle popular sobre gastos

BRASÍLIA — A tendência demonstrada nas primeiras semanas de trabalho das Subcomissões da Comissão de Sistema Tributário, Orçamento e Finanças é de levar ao plenário propostas que permitam aumentar o controle do povo sobre os gastos do Estado e refazer a partilha dos tributos, dando participação maior aos Estados e municípios.

Para o Presidente da Comissão, Francisco Dornelles (PFL-RJ), já há consenso no sentido de corrigir "uma das maiores distorções da administração pública: o Executivo, que recebe impostos da sociedade e deveria aplicá-los de acordo com a decisão de quem os paga, gasta esses recursos de forma arbitrária".

Garantir que a sociedade será ouvida, através de seus representantes, é também uma das preocupações do Relator José Serra (PMDB-SP). Ele estuda a implantação de um mecanismo que dê ao Legislativo poderes para intervir e evitar que o governo faça gastos significativos sem aprovação preliminar.

Na Subcomissão de Tributos, Participação e Distribuição das Receitas, já existe consenso em torno de alguns princípios gerais: fortalecimento dos Estados e municípios; aumento das garantias e direitos dos contribuintes; melhor distribuição regional e pessoal da renda.

A conta dos Estados e municípios no Fundo de Participação seria aumentada e ampliaria a abrangência do Imposto sobre Valor Adicionado,

BRASÍLIA — A demora no recebimento das propostas para a nova Constituição está preocupando os Sub-Relatores da Comissão da Organização do Estado, receosos de que essa morosidade possa comprometer o trabalho da equipe. Apesar disso, os responsáveis pelas tarefas centrais das três Subcomissões estão dispostos a encerrar seus pareceres na primeira quinzena de maio, prazo regimental.

Segundo o Relator da Subcomissão dos Estados, Deputado Siqueira Campos (PDC-GO), a escassez de material para discussão é um problema que vem atingindo todas as Comissões e resulta da falta de adaptação da estrutura do Congresso à fase inicial da Constituinte.

— Só chegamos a receber cinco ou seis propostas — reclamou o Relator, acrescentando que sobre esse material só foi possível obter consenso sobre um tema: a posse dos Governadores deve ser antecipada para 1º de janeiro.

Apesar de ser uma das Comissões temáticas que menos interesse despertou, a Comissão da Organização do Estado abrange alguns temas polêmicos e até questões relacionadas à segurança nacional.

Através da Subcomissão da União, Distrito Federal e Territórios, por exemplo, ela entrará na questão da Ilha de Fernando de Noronha, administrada pela Aeronáutica. Por uma proposta, ainda não votada, do Deputado Nilson Gibson (PMDB-PE), a ilha seria incorporada a Pernambuco. Há também sugestões de transformar Roraima e Amapá em Estados.

Outro tema controverso: o Distrito Federal deve ou não adquirir autonomia política e financeira?

— Não recebemos ainda qualquer proposta contra a autonomia. Não sabemos, porém, que dimensão dar ao Distrito Federal autônomo — explicou o Presidente da Subcomissão, Deputado Jofran Frejat (PFL-DF), autor de proposta que dá à Capital Federal representação política com eleições diretas.



Procura-se um sistema de Governo que reúna as vantagens de presidencialismo e parlamentarismo

BRASÍLIA — A Comissão de Organização dos Poderes e de Sistema de Governo é a que centraliza as atenções do Congresso Constituinte, por ter o privilégio de examinar duas questões delicadas e polêmicas: o mandato presidencial e a forma de Governo que o País adotará na sua Constituição. Por essa razão, as duas Subcomissões — do Poder Legislativo e do Poder Executivo — trabalham em conjunto sob vigilância constante do Governo e dos partidos.

O debate sobre o mandato presidencial e o sistema de Governo já acendeu as paixões antes mesmo da composição das duas Subcomissões, quando as disputas pelos cargos de Relatores foram acirradas. A continuação desse debate levou à conclusão de que o País precisa de um sistema misto de Governo, mas que não chega a ser o parlamentarismo ortodoxo. A opção apresentada até agora, no âmbito da Subcomissão do Poder Legislativo, é a de encontrar a fórmula de um sistema que reúna as vantagens e as qua-

lidades do presidencialismo e do parlamentarismo, livrando-se das desvantagens, segundo o Deputado José Jorge, Relator da Subcomissão do Legislativo.

Esse sistema emprestaria mais força ao Legislativo e manteria a eleição direta para Presidente (no parlamentarismo é escolhido pela via indireta). O nome do sistema só será definido quando se conseguir estruturá-lo no papel.

Dentro do trabalho de fortalecimento do Legislativo, debate-se a devolução das prerrogativas retiradas pelo regime autoritário, o que permitiria, entre outras coisas, a participação do Congresso na elaboração do orçamento. Ao lado dessa primeira iniciativa constaria ainda o fortalecimento das Comissões Técnicas permanentes do Congresso, que deliberariam sobre decretos-leis e projetos-de-lei de parlamentares. E também defende-se na Subcomissão do Legislativo a criação de uma comissão especial para representar o Congresso durante o recesso.

A Subcomissão do Poder Judiciário tem concentrado seus trabalhos até aqui nas audiências públicas, que terminam amanhã. A partir daí, poderá se concentrar nos debates internos em torno de temas extrema-

mente complexos, mas que não astumam o Relator, Plínio Arruda Sampaio (PT-SP).

Arruda acha que a existência de uma pauta consensual para os trabalhos facilita suas tarefas. Espera desenvolver seu parecer final estabelecendo a autonomia do Poder Judiciário e sua maior aproximação com a população.

A Subcomissão dividiu seus trabalhos para debate em dois blocos, sob o título Organização do Judiciário. No primeiro bloco, figuram a diversificação da Justiça, com a criação de tribunais específicos destinados a descentralizar o Poder, como o da Justiça Agrária e o da Justiça do Menor, entre outros. Ao lado disso, pretende-se nesse bloco estudar as medidas capazes de efetivamente modernizar o Poder Judiciário, dotando-o de mecanismos de agilização do sistema processual.

No segundo bloco, a Subcomissão vai estudar a criação de um Conselho de Fiscalização do Judiciário, a ser integrado, inicialmente, por pessoas não envolvidas diretamente com a Justiça. Por fim, defende a sugestão da OAB de empenhar-se pela criação do Tribunal Constitucional.

Da reserva para a informática à pena de morte

BRASÍLIA — A Subcomissão da Nacionalidade, Soberania e Relações Internacionais vai apresentar propostas sobre a garantia de moradia para todos os brasileiros, a reserva de mercado para a informática e a dívida externa, assuntos que, paralelamente, vêm sendo estudados pelas Comissões da Ordem Econômica e da Ciência e Tecnologia. A Subcomissão dos Direitos Políticos e Coletivos, por sua vez, tem tomado decisões sobre voto obrigatório e liberdade sindical, enquanto as Comissões da Organização Eleitoral e da Ordem Social fazem o mesmo, independentemente.

Essa é uma pequena demonstração do quadro de diversidades e da amplitude dos temas tratados pela Comissão da Soberania e dos Direitos do Homem e da Mulher e por suas três Subcomissões, que estudam assuntos que vão da pena de morte à possibilidade de reeleição para cargos públicos, passando pela criação de instituições como o Tribunal Constitucional. E, sobretudo, a demonstração do trabalho que a Comissão de Sistematização terá para compatibilizar todas as propostas.

O Relator da Comissão, José Paulo Bisol, e os Relatores das três Subcomissões não estão preocupados com a superposição de temas com as demais Comissões e vão em frente, acreditando que, mais adiante, a Sistematização resolverá o problema. Bisol afirma que a Sistematização poderá optar entre uma proposta e outra quando elas se chocarem.

A Subcomissão dos Direitos Políticos e Coletivos está cumprindo um roteiro que inclui São Paulo, Rio, Recife, Belo Horizonte e Salvador para audiências públicas com entidades sindicais e da sociedade civil em seus locais de atuação. O objetivo é coletar o maior número possível de propostas.

Salvaguardas podem ser eliminadas mas Estado de Sítio deve continuar

BRASÍLIA — Os debates em torno da questão das salvaguardas constitucionais, suscitados pela participação da Escola Superior de Guerra e da OAB na Subcomissão de Defesa do Estado, da Sociedade e de sua Segurança, apressaram a definição de uma tendência por parte do Presidente, Deputado José Tavares (PMDB-PR). Segundo ele, a Subcomissão deverá eliminar as salvaguardas existentes, mantendo somente o Estado de Sítio.

Tendência semelhante foi observada na Subcomissão de Garantia da Constituição, Reformas e Emendas, também subordinada à Comissão da Organização Eleitoral, Partidária e Garantia das Instituições. Pelo esboço de anteprojeto elaborado pelo seu Relator, Nelson Friedrich (PMDB-PR), a discussão na Subcomissão começaria a partir do entendimento de que somente os Estados de Sítio e de Emergência deveriam ser mantidos na Constituição, devendo ser eliminadas as demais salvaguardas previstas na Carta em vigor.

— Estas duas Subcomissões, por analisarem temas relativos às Forças Armadas e à doutrina de Segurança Nacional, concebida pelo regime autoritário, deverão ser palco de acirrados debates — prevê o Deputado José Tavares.

Com um calendário de audiências públicas já definido, sua Subcomissão deverá ouvir, no próximo dia 28,

o Diretor do Núcleo de Estudos Estratégicos da Unicamp, Benedito Cavagnari Filho, que opinará sobre o papel que a nova Constituição deve reservar às Forças Armadas e sobre as atribuições do Conselho de Segurança Nacional. Também serão ouvidos os Generais da reserva Euler Bentes e Andrada Serpa.

José Tavares disse que a tendência é a de alterar a composição do CSN, nos moldes previstos pela Comissão Afonso Arinos. Segundo essa ideia, o CSN, que atualmente é integrado apenas pelo Presidente e Vice-Presidente e pelos Ministros de Estado, seria aberto à participação de autoridades do Legislativo.

Na Subcomissão de Garantia da Constituição, Reformas e Emendas, o anteprojeto do Relator Nelson Friedrich promete polemizar os debates também com sua proposta de criação de um Tribunal Constitucional, que teria as atribuições de declarar a inconstitucionalidade de leis e julgar, em grau de recurso, decisões de outros tribunais.

Na Subcomissão do Sistema Eleitoral e Partidos Políticos, o Presidente Israel Pinheiro Filho (PMDB-MG) e o Relator Francisco Rossi (PTB-SP) detectaram no voto facultativo, na redução da idade mínima para registro de eleitor de 18 para 16 anos, no sistema eleitoral e na organização partidária, os temas que deverão polemizar os debates.

cobrado pelos Estados, nele incorporando alguns impostos únicos de competência da União.

Também deverá sair da Subcomissão uma proposta de reduzir as situações em que o Executivo pode cobrar empréstimo compulsório ou levantar outras contribuições para intervenção no domínio econômico (cotas do café, do açúcar) e determinar o aumento da progressividade na tabela do Imposto de Renda.

São pontos polêmicos as modificações nos Impostos sobre a Herança e o Patrimônio Líquido e alteração no ICM, que passaria a ser cobrado no Estado de destino do produto. Ainda reduziria a base tributável do IPI, fazendo com que só incidia sobre o fumo, a bebida e os automóveis.

Na Subcomissão do Sistema Financeiro deverá ser votada uma proposta limitando a capacidade da União de realizar gastos através do Banco Central (emissão de dinheiro ou operações de empréstimos) sem autorização do Congresso. Ainda em discussão, estão pontos como: independência do Banco Central do Ministério da Fazenda; abolição do sistema de cartas-patentes para os bancos; grau de participação do capital estrangeiro nas instituições financeiras; e estatização dos bancos.

A Subcomissão do Orçamento e Fiscalização Financeira tende à aprovação de propostas dando transparência ao Orçamento, permitindo à opinião pública acompanhar os gastos do governo.



Dornelles (esq.) e Serra, membros da Comissão de Sistema Tributário

Discussão retarda início do trabalho na Econômica

BRASÍLIA — A previsão de que os trabalhos da Comissão da Ordem Econômica se desenvolveriam em clima de muita discussão e divergências se confirmaram nesta primeira etapa dos trabalhos da Constituinte. Com exceção da Subcomissão da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária, que já realizou duas audiências públicas, as outras duas, da questão Urbana e Transporte e a que trata dos Princípios Gerais, Intervenção do Estado, Regime da Propriedade do Subsolo e da Atividade Econômica somente no final da semana conseguiram aprovar os roteiros de trabalho, tal a dificuldade em obter consenso.

Na Subcomissão dos Princípios Gerais, que tem na Presidência Delfim Netto (PDS-SP), foram muitos os problemas para que os constituintes aprovassem, afinal, o elenco dos convidados que vão depor nas cinco sessões das audiências públicas. Os parlamentares conservadores, em maior número, fizeram prevalecer os seus interesses. Assim, entre os convidados figuram os ex-Ministros Reis Veloso e Mário Henrique Simonsen e o Presidente da Vale Internacional, Eliezer Batista.

Para desespero dos membros da Subcomissão que representam o chamado setor mais progressista da Subcomissão, como Wladimir Palmeira (PT-RJ) e Luis Salomão (PDT-RJ), e por inspiração de Roberto Campos (PDS-MT), a questão da reserva de mercado para informática será debatida nesta Subcomissão por três ardorosos críticos: o empresário Jorge Gerda, associado à IBM; Bulhões Pedreira, principal articulador da venda da Ligth; e George Fischer, advogado da Minissoft.

A Subcomissão da Questão Urbana

e Transporte não realizou ainda qualquer audiência pública. Ela concluiu seu calendário na quinta-feira e vem promovendo reuniões sistêmicas para o que se convencionou chamar de exame de matérias constitucionais. Com sessões matutinas e vespertinas, a Subcomissão pretende ouvir em apenas seis reuniões nada menos que 30 convidados, entre dirigentes de órgão públicos e de entidades de classe.

O Presidente da Comissão, Dirceu Carneiro, disse que o calendário está apertado, mas que é objetivo da sua Subcomissão apresentar um relatório dos anseios das diferentes correntes de pensamento e interesses do setor.

A Subcomissão da Reforma Agrária não só já ouviu os representantes

do Incr e da Embrater, como aprovou o calendário das visitas que os constituintes farão aos principais focos de conflitos fundiários e projetos de colonização. A primeira visita foi ao assentamento do Incr na Fazenda Anonni-Surandi. Hoje eles vão ao Mato Grosso do Sul para ver o assentamento de colonos brasileiros vindos do Paraguai.

Como a mais complexa, pois vai discutir desde a dívida externa até a situação dos garimpos nacionais e o nível de intervenção do Estado na Economia, a Subcomissão dos Princípios Gerais foi a que recebeu o maior número de propostas de normas constitucionais: 16. Em segundo lugar, está a da Política Agrícola e Reforma Agrária, com oito.



Comissão de Ordem Econômica reúne Delfim Netto e Severo Gomes

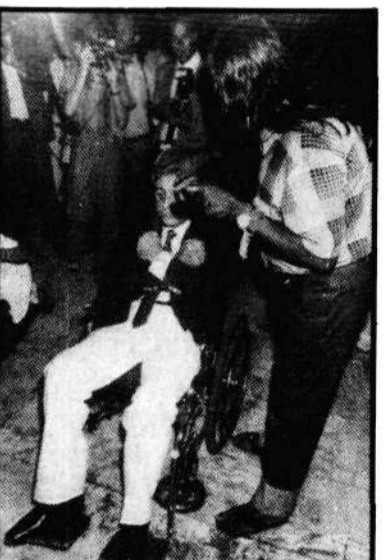
Na Ordem Social, ainda não houve aprovação de propostas concretas

BRASÍLIA — A 15 dias da entrega dos relatórios finais à Comissão da Ordem Social, nenhuma das três Subcomissões que a integram discutiu, e muito menos aprovou, qualquer proposta concreta a ser inserida no novo texto Constitucional. Os Constituintes dedicaram-se, até agora, a ouvir representantes do Governo e da sociedade civil.

Das três Subcomissões, a que mais avançou no debate e no trabalho foi a dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos, mas falta muito a ser discutido. Segundo o Relator, Deputado Mário Lima (PMDB-BA), já está certa a aprovação do direito de greve, sem restrições para as chamadas atividades essenciais e dentro do princípio de que paralisação é assunto para trabalhadores e patrões, sem possibilidade de intervenção do Governo em entidades sindicais. Outros pontos praticamente definidos são o retorno da estabilidade no emprego sem a opção pelo FGTS e a redução de 35 para 30 anos de serviço para aposentadoria.

Mas falta, nessa Subcomissão, transformar em projetos as ideias defendidas pelos Constituintes. O Relator acha que o trabalho será entregue no prazo, 11 de maio.

A Subcomissão com mais atraso nos trabalhos é a dos Negros, Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias, presidida pelo Deputado Ivo Lech. Por causa da falta de quorum, só quatro reuniões se realizaram e as audiências públicas só começam amanhã. O cronograma prevê que até o dia 6 de maio serão ouvidos os representantes dos grupos organizados de negros, índios, pessoas deficientes, homossexuais, hansenianos, hemofílicos, alcoólatras e minorias



Ivo Lech submete-se a pajelança

étnicas, como os judeus. Essas categorias apresentarão propostas para assegurar que não sejam mais "cidadãos fora da fila".

A terceira Subcomissão é a de Saúde, Seguridade e Meio-Ambiente. Segundo a 2ª Vice-Presidente, Deputada Maria de Lourdes Abadia (PFL-DF), já estão reconhecidas pelos constituintes quais são e porque existem as grandes falhas no sistema de Saúde e Previdência. Abadia acha que a maioria dos constituintes não cederá ao poderoso lobby das empresas médicas privadas. A questão do meio-ambiente é mais fácil de ser tratada, segundo a Deputada: "Trata-se de estabelecer a proteção como obrigação do Estado e definir a poluição como crime inafiançável".

Condenação do aborto ganha força na Família

BRASÍLIA — A campanha contra o aborto conquistou o seu espaço na Subcomissão da Família, do Menor e do Idoso. Através de filmes e slides, em que são mostradas as técnicas do aborto e suas consequências, a Sociedade Fluminense de Medicina e o Movimento Pró-Vida de Brasília convenceram os constituintes, sob os protestos dos representantes do Conselho Nacional do Direito da Mulher, que defendem a descriminalização dessa prática.

O tema está sendo tratado como planejamento familiar que, na opinião de alguns membros da Subcomissão, deverá ser considerado uma prática da sociedade e não uma questão de política do Governo. Por outro lado, um dos pontos que devem gerar polêmicas é a igualdade dos direitos do filho nascido fora do casamento.

Já na Subcomissão de Educação, Cultura e Esportes os temas têm causado poucas divergências. O que despertou mais interesse foi a proposta de ensino laico, defendida pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). Trata-se de evitar que o ensino religioso seja ministrado nas escolas. O argumento é o de que numa escola democrática nenhuma religião deve ser discriminada pelo ensino.

Como são inúmeras as seitas, a maior parte do tempo seria destinada ao ensino religioso. Para evitar isso, não seriam ministradas aulas sobre uma religião específica. Um dos itens que vêm sendo defendidos como consenso é o de que a verba pública destinada à educação deve ser repassada exclusivamente para as escolas públicas.